

**LISBOA ATRAVÉS DOS REGISTOS PAROQUIAIS DA SÉ:
POPULAÇÃO E SOCIEDADE (SÉC. XVI-XVIII)**

Anabela Silva de Deus Godinho

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

anabela.godinho@gmail.com

Resumo¹

As informações provenientes dos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos da freguesia da Sé de Lisboa, desde meados do século XVI até meados do século XVIII, e a aplicação a esses registos da metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim, viabilizou a reconstituição familiar e paroquial da freguesia, a análise de comportamentos demográficos e uma caracterização social da sua população, nesse período.

Nesta análise, pretendeu-se identificar comportamentos demográficos de nupcialidade, fecundidade legítima e ilegítima, mobilidade e mortalidade dessa população. A inexistência de registo sistemático de mortalidade infanto-juvenil, levou-nos a restringir a análise da mortalidade à população maior de sete anos.

Os dados qualitativos registados nos assentos da paróquia permitiram identificar uma diversidade de ocupações, cargos, títulos e formas de tratamento que colocaram os indivíduos em diferentes posições da hierarquia social. Registou-se ainda a presença de pobres, estrangeiros e escravos na freguesia da Sé.

Palavras-chave: Freguesia da Sé de Lisboa, população, sociedade.

1. Introdução

Segundo o historiador francês Pierre Goubert: “falar das cidades da Europa na época moderna é apresentar os lugares privilegiados que habitualmente detêm o poder, a riqueza e a cultura” (Goubert 1982, p. 5).

Ao apresentarmos Lisboa, lugar privilegiado desde os tempos mais remotos, capital do Reino desde o século XIII, grande centro marítimo e comercial ligado aos tráficos internacionais, grande pólo de atracção de população e única realidade urbana portuguesa, reflectiremos sobre as dinâmicas demográficas e sociais da população da freguesia da Sé, nos séculos XVI a XVIII.

Para a análise demográfica e social dessa população, procedemos à reconstituição familiar e paroquial da freguesia. Para isso, construímos uma base de dados demográficos, sociais e genealógicos, através da aplicação da metodologia de “reconstituição de paróquias” (Amorim 1992) aos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, fontes privilegiadas para essa análise, nesse período.

¹ Investigação desenvolvida no âmbito do projeto “Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)”, com referência FCT PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

Trata-se de uma freguesia situada na parte Oriental de Lisboa, no interior da Cerca Moura, num local central onde nascera a cidade, próximo do estuário do Tejo, da Ribeira e do Palácio Real, local onde se concentravam as principais instituições administrativas e económicas do Reino, ou seja, próximo do centro do poder.

Fundada, provavelmente, no ano 1150, é uma das maiores e mais antigas freguesias de Lisboa. Foi sede de bispado, desde o tempo de D. Afonso Henriques, e foi elevada a sede de arcebispado de Lisboa, em 1394. Nela funcionaram os primeiros Paços do Conselho da cidade, até à reunificação do Senado da Câmara, em 1741. Foi cabeça das restantes freguesias, com a sua Igreja Maior, catedral de Lisboa, onde se encontrava guardado o corpo do mártir S. Vicente, padroeiro da cidade, aí colocado pelo rei D. Afonso Henriques. Nela fora baptizado Santo António, em 1195. A devoção a este Santo, natural da freguesia, tornou-a centro de concentração e peregrinação popular, com missas, festas e procissões em Sua honra.

Além da Igreja da Sé e da Igreja de Santo António, na freguesia havia, ainda, um Recolhimento de moças donzelas órfãs, administrado pela Misericórdia, uma cadeia para crimes do foro eclesiástico, designado por Aljube e “mercearias”, onde eram prestados cuidados aos mais desfavorecidos e doentes.

Esta centralidade da freguesia da Sé e a sua proximidade com a Ribeira e o Tejo, num período em que a capital vivia tempos áureos devido ao comércio marítimo, atraíram uma população bastante diversificada. Além dos membros do clero existentes na catedral, aí residiam naturais e estrangeiros, livres e escravos que desempenhavam uma diversidade de cargos ou actividade ocupacionais, ligadas, por exemplo, ao mar, à indústria das canastras ou à hospedagem. Mas, nela residiam também membros da corte, nobres, oficiais régios e burgueses ligados a actividades liberais, como o testemunham informações recolhidas nos registos paroquiais. Trata-se de uma população diversificada que reflecte diferentes estatutos e posicionamentos na hierarquia social, vigente na sociedade da época.

2. Evolução da população

Relativamente à população, a freguesia da Sé era uma das maiores freguesias da cidade de Lisboa e a maior e mais abastada das sete freguesias da Cerca Moura. Dados quantitativos existentes para o período anterior ao terramoto de 1755, apontam para uma estagnação da sua população entre 1551 e 1620, seguindo-se um decréscimo populacional, visível no quadro 1.

Quadro 1. Evolução da população da Freguesia da Sé (1551-1755)

Ano	Fonte	Habitantes
1551	Cristóvão Rodrigues de Oliveira (a)	6 187
1620	Fr. Nicolau de Oliveira (b)	6 187
Antes de 1755	Padre João Baptista de Castro/ Padre Luiz Cardoso (c)	4 255

a) OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1938), *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, Biblion, Lisboa, p.5;

b) OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991), *Livro das Grandezas de Lisboa*, Conhecer Lisboa, Vega, p. 529;

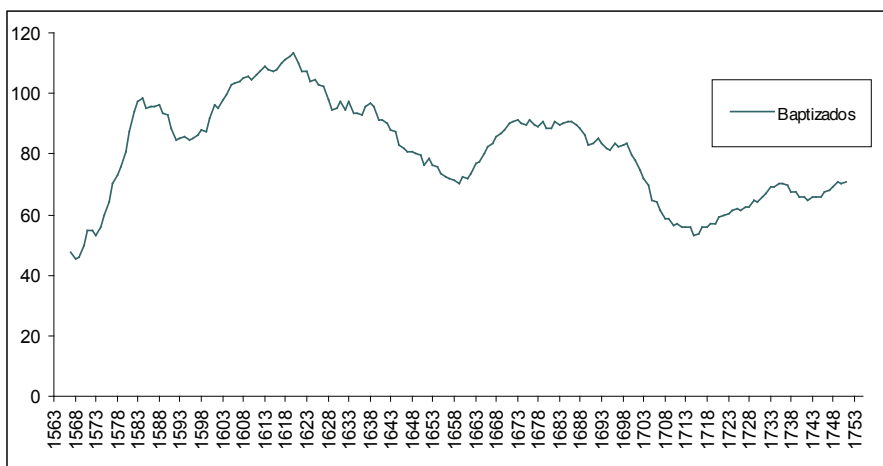
c) CASTILHO, Júlio de (1936), *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. VI, Lisboa, p. 222.

Os 6187 habitantes existentes em 1551 e em 1620, passaram para 4250 habitantes, antes do terramoto de 1755, redução populacional bastante significativa.

Sendo a freguesia da Sé uma das freguesias mais povoadas da cidade, a estagnação do crescimento populacional aí registado no século XVII, poderá, em parte, dever-se às limitações físicas do seu espaço. Para o decréscimo populacional poderá ter contribuído o movimento de saída de população para junto do rio, que acompanhou a mudança do rei D. Manuel do Paço da Alcáçova para o Paço da Ribeira, no século XVI. A zona da Ribeira era, nesse século, um espaço de expansão da cidade e em fase de desenvolvimento e, morar na Ribeira, passou a ser sinónimo de estatuto social (Moita, 1994).

Ao observarmos o gráfico do movimento dos baptizados na freguesia da Sé entre meados do século XVI e meados do século XVIII, elaborado com base nos assentos de baptismos da paróquia, vemos um movimento de subida, que, embora ligeiramente interrompido pela altura da peste, nos finais do século XVI (1585-1600), continuou a subir até por volta de 1620. Nesse ano, atingiu o pico máximo de toda a observação, com uma média anual de 113 nascimentos.

Gráfico 1. Movimento dos batizados na freguesia da Sé
Médias móveis de 9 anos (1563-1755)



Fonte: registos paroquiais de baptismos

A partir de 1620 e até por volta de 1660, o volume de nascimentos na freguesia da Sé foi diminuindo e a média desceu para cerca de 70 nascimentos por ano. Conjunturas económicas e políticas desfavoráveis terão certamente interferido neste comportamento.

Na década de 1660 a 1670, desenhou-se uma tendência de crescimento que se manteve estável até por volta dos finais da década de 80, tendo-se posteriormente registado uma descida acentuada dos nascimentos.

A tendência depressiva que se desenhou a partir de 1620 foi interrompida por uma fase de maior volume de nascimentos, entre as décadas de 60 e 80 do século XVII. Os finais desse século e a entrada no século XVIII foram marcados por um movimento de descida do volume de nascimentos que se prolongou até cerca de 1715, atingindo um mínimo anual de 53 nascimentos. Embora, a partir desse ano, este movimento se tivesse invertido, tendo-se mantido mais ou menos estável até 1755, não voltou a atingir os valores registados entre os finais do século XVI e 1620. O ouro do Brasil e a prosperidade económica daí resultante terão certamente interferido de modo positivo.

3. Nupcialidade

3.1. Idade média ao primeiro casamento

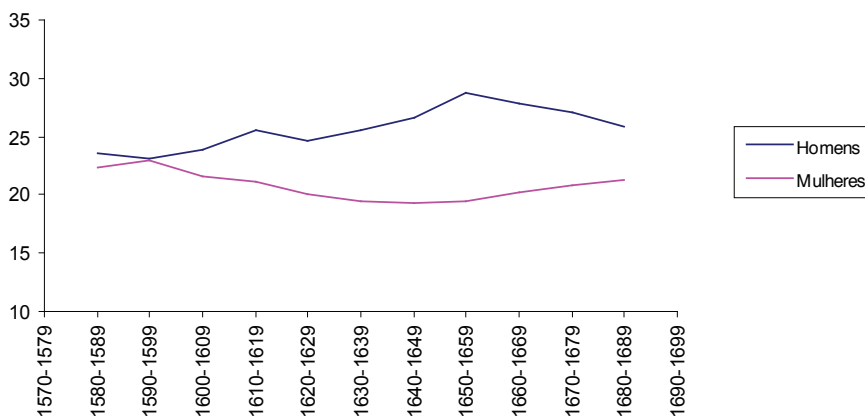
No Antigo Regime, o casamento era uma união indissolúvel entre homem e mulher, contudo, sujeita a diversas influências, nomeadamente de natureza social, económica e cultural. Como refere François Lebrun para a França do Antigo Regime, toda a vida social e económica era organizada em função do casal, segundo uma repartição tradicional de tarefas. Mas, para casar, teria de ser economicamente possível ao casal assegurar o seu próprio sustento e dos filhos que nascessem dessa união. Entre outros factores, a morte desempenhava um papel importante na constituição de novas famílias através do casamento. Não só, porque a morte de um familiar, nomeadamente o pai, poderia assegurar economicamente a possibilidade de manter essa nova família, mas também para reconstituir a comunidade dissolvida, razão pela qual o número de casamentos aumentava a seguir às grandes crises de mortalidade.

Sabe-se que as crises de mortalidade ou as crises económicas podem afectar o acesso ao casamento. Mas, além da mortalidade e de outras influências de natureza sócio-económica e cultural, a nupcialidade é uma variável demográfica também influenciada pela mobilidade e condiciona por si mesma a renovação das gerações.

Sendo a idade média ao primeiro casamento um dos indicadores mais importantes no estudo da nupcialidade e sabendo-se que nas sociedades de Antigo Regime a maior parte dos nascimentos ocorria no interior do casamento, é importante conhecer a idade média ao casamento, sobretudo feminina. Interessa-nos conhecer o comportamento precoce ou tardio face ao primeiro casamento, podendo, em períodos anteriores à difusão dos métodos de controlo dos nascimentos, o número de filhos por casal ser maior ou menor consoante a idade em que contraiu matrimónio, facilitando ou dificultando a restituição dos efectivos populacionais.

Assim, recorrendo a uma análise de natureza longitudinal (Amorim, 1992), calculámos a idade média ao primeiro casamento das gerações nascidas na freguesia da Sé de Lisboa, por grupos de dez anos, desde 1570 até 1699. Como nos registos de casamento não era indicada a idade ao matrimónio, o cálculo da idade média foi efectuado apenas para os nubentes solteiros com datas de nascimento e casamento conhecidas que casaram entre os doze e os cinquenta anos de idade.

Gráfico 2. Idade média ao primeiro casamento
Gerações nascidas entre 1570-1699
(médias móveis de 3 décadas)



Fonte: registos paroquiais de casamento

A partir do gráfico das médias móveis de três décadas, observa-se a existência de casamentos precoces, sobretudo para o sexo feminino. A idade média de acesso ao primeiro matrimónio era superior nos homens. A maior proximidade entre as idades médias ao primeiro casamento masculino e feminino observou-se nas gerações nascidas nas últimas décadas do século XVI, com os homens a casar entre os 23 e os 24 anos e as mulheres entre os 22 e os 23 anos de idade.

Nas gerações de homens nascidos no século XVII, a idade média ao primeiro casamento situou-se entre os 25 e os 27 anos. No caso das mulheres, essas idades situaram-se entre os 19 e os 21 anos de idade. Por outro lado, a subida da idade média ao casamento dos homens nascidos entre 1620 e 1659 foi acompanhada por uma ligeira descida da idade média ao casamento das mulheres nascidas nesse período, levando a um maior distanciamento entre essas idades. Nas gerações nascidas nas últimas décadas do século XVII, esse afastamento foi menos demarcado.

Conclui-se que, na freguesia da Sé de Lisboa as mulheres acediam ao primeiro casamento em idades jovens e casavam com rapazes mais velhos. As mulheres nascidas durante esse período casaram, em média, aos 20,9 anos e os homens aos 25,3 anos de idade. As baixas

idades médias encontradas para o primeiro casamento das mulheres, apontam para uma relativa precocidade do casamento feminino, comportamento que podia ser observado no Sul do país.

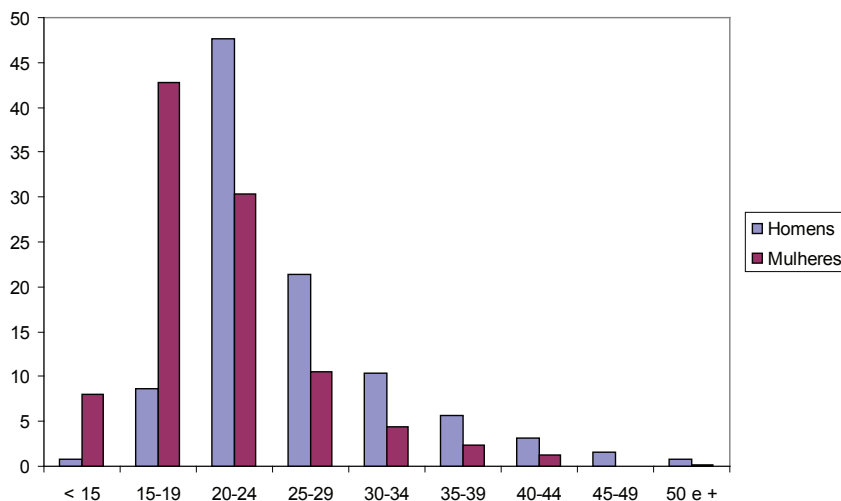
Embora não possamos explicar as razões que teriam levado aos diferentes comportamentos masculinos e femininos relativamente à idade média ao primeiro casamento ao longo do período observado, sabe-se que o acesso ao casamento era influenciado pela situação económica dos rapazes e raparigas que necessitavam de ter os meios materiais necessários à constituição de um novo lar. Deste modo, os períodos em que eram sentidas maiores dificuldades económicas, como, por exemplo, com a Restauração da independência, guerra com Espanha, descida dos rendimentos ultramarinos, situações que levaram a conjunturas negativas até ao final do século XVII (Marques, 1995), interferiram certamente de modo negativo, levando a um eventual adiamento de casamentos. Mas, numa cidade como Lisboa, onde, entre meados do século XVI e meados do século XVIII, a entrada e saída de gente foi uma constante, bem como a saída de homens para Além-mar, os resultados obtidos poderão reflectir, entre outras interferências, a influência da mobilidade diferencial, à qual a variável nupcialidade era particularmente sensível.

3.2. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento

Como nos assentos de casamento não nos era dada a idade ao matrimónio, pela distribuição proporcional dos casamentos pelos diversos grupos de idades procurámos saber quais os grupos etários mais frequentes ao primeiro matrimónio dos homens e mulheres com datas de nascimento e casamento registadas na freguesia da Sé, para casamentos realizados entre 1620 e 1755.

Nesse período, na freguesia da Sé de Lisboa tanto os rapazes como as raparigas casaram em idades muito jovens. As proporções mais elevadas de matrimónios femininos registaram-se na faixa etária dos 15-19 anos, com 42,8%, seguida da dos 20-24 anos, com 30,4%. Nos rapazes, o grupo de idades dos 20-24 anos, com 47,6%, seguido do grupo dos 25-29 anos, com 21,4%, foram os mais frequentes, ao longo de toda a observação, o que confirma uma maior precocidade das mulheres face a este comportamento, já observada através da idade média ao primeiro matrimónio.

**Gráfico 3. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento
(casamentos realizados entre 1620-1755) (%)**



Fonte: Registos paroquiais de casamento

A antecipação dos casamentos por parte das mulheres foi também visível nas percentagens de casamentos femininos contraídos em idades entre os 12 e os 14 anos, quando comparadas com as observadas nos casamentos masculinos: 8% do total de mulheres solteiras, com idades ao casamento conhecidas, que celebraram matrimónio na freguesia da Sé de Lisboa, entre 1620 e 1755, tinham entre 12 e 14 anos de idade; do total de homens, apenas 0,8% contraiu matrimónio nessa faixa etária, durante esse período. Por outro lado, a grande percentagem de casamentos femininos (81,2%) ocorreu nas faixas etárias até aos 24 anos. Os rapazes que casaram dentro desses grupos etários representaram 57,1% do total. A percentagem de homens a casar depois dos 29 anos (21,5%) foi também bastante superior à das mulheres (8,3%).

Estas diferenças de comportamentos entre homens e mulheres, reflectem o afastamento relativo observado nas idades médias ao primeiro casamento em ambos os sexos. A superioridade etária dos homens ao primeiro casamento observada nesta freguesia, foi uma tendência secular no sul de Portugal, tendência que se alargou a algumas regiões mediterrâneas.

Para a freguesia da Sé de Lisboa, conclui-se que, entre meados do século XVII e meados do século XVIII, as mulheres casavam em idades bastante precoces, sobretudo nas faixas etárias dos 15-19 e dos 20-24 anos e os homens casavam sobretudo entre os 20-24 e os 25-29 anos de idade.

3.3. Diferenças de idades entre os nubentes celibatários

Pelas Constituições do Arcebispado de Lisboa sabemos que, para poderem casar, os noivos tinham que ter a “idade perfeita”: os homens catorze anos e as mulheres doze. O que estivesse em “idade perfeita” não se devia arrepender, mas esperar até que o outro tivesse idade para casar, dado que, com sete anos de idade, tanto para o rapaz como para a rapariga, já se podiam fazer os esponsórios, isto é, a promessa de casamento entre noivos.

Sabendo que às raparigas era permitido aceder ao matrimónio mais cedo do que os rapazes, procurámos saber a diferença de idades entre os nubentes celibatários.

**Quadro 2. Diferença de idades entre os nubentes celibatários
(Distribuição proporcional) 1620-1755**

Diferença de idades	%
Homem e mulher da mesma faixa etária	31,1
Homem mais velho	48,3
Homem mais novo	20,7
Total	100

Fonte: registos paroquiais de casamento

Vimos que, entre 1620 e 1755, os homens casavam sobretudo com mulheres mais novas (48,3%) ou da mesma faixa etária (31,1%). Os casamentos com mulheres mais velhas foram os menos frequentes (20,7%).

Com base nos resultados obtidos, admitimos que os comportamentos relativos à nupcialidade observados na freguesia da Sé de Lisboa, apontam para um contraste entre a nupcialidade do Norte e a do Sul do País.

3.4. Origem Geográfica dos nubentes celibatários

Para a observação da origem geográfica combinada dos nubentes solteiros que casaram na paróquia da Sé de Lisboa, entre 1570-1650 e 1651-1700, utilizámos os registos paroquiais de casamento em que as naturalidades de ambos os nubentes foram anotadas pelos párocos. No primeiro período, em 1258 casamentos, identificámos a naturalidade de ambos os cônjuges e, no segundo período, esse valor foi de 1410 casos.

Quadro 3. Origem combinada dos nubentes celibatários (%)

Homens	Mulheres			
	1570-1650		1651-1700	
	Naturais	De fora	Naturais	De fora
Naturais	4,1	1,2	1,2	2
De fora	22,2	72,5	13	83,8

Fonte: registos paroquiais de casamento

Concluimos que a grande percentagem de casamentos realizados na freguesia da Sé envolviam pessoas em que ambos eram naturais do exterior, com percentagens de 72,5% e 83,8%, em 1570-1650 e 1651-1700, respectivamente. A estes, seguiram-se os casamentos contraídos entre homens nascidos fora da freguesia da Sé e mulheres naturais da freguesia, com percentagens de 22,2% e 13%, respectivamente no primeiro e segundo sub-período de análise. O maior peso proporcional das mulheres naturais da freguesia da Sé a casar na sua freguesia, poderá, em parte, apontar para o costume das noivas celebrarem matrimónio na sua paróquia de origem.

Por outro lado, os matrimónios que envolveram homens naturais da paróquia e mulheres nascidas no exterior foram bastante reduzidos, com valores de 1,2% em 1570-1650 e 2% em 1651-1700. Os casamentos em que ambos os noivos eram naturais da freguesia da Sé foram igualmente bastante reduzidos: 4,1% no primeiro sub-período, baixando, no segundo sub-período, para 1,2%.

Concluimos que a grande percentagem de celibatários com naturalidade conhecida que, entre meados do século XVI e ao longo do século XVII celebraram matrimónio na freguesia da Sé de Lisboa eram naturais do exterior: 73,7% de mulheres e 94,7% de homens, no primeiro sub-período, e 85,8% das mulheres e 96,8% dos homens, no segundo sub-período de análise. Os naturais da paróquia foram os menos representados: 26,3% de mulheres e 5,3% de homens, em 1570-1650, e 14,2% de mulheres e 3,2% de homens,

em 1651-1700. Este comportamento reflete a enorme atracção populacional e mobilidade geográfica, características da cidade de Lisboa, e extensíveis à freguesia da Sé.

Na impossibilidade de sabermos todos os locais de origem dos homens e mulheres com actos de casamento registados na freguesia da Sé de Lisboa, por terem sido registados de uma forma irregular, procurámos conhecer os locais de origem dos nubentes solteiros, com naturalidade conhecida, que aí celebraram matrimónio, entre 1570 e 1700.

Dos assentos de casamentos extraímos uma grande diversidade de localidades registadas pelos párocos que, ao referirem-se à proveniência geográfica dos noivos, indicavam, por vezes, a vila, cidade, lugar ou aldeia de origem, termo da cidade a que pertenciam e, habitualmente, o bispado ou arcebispado de origem. Contudo, nem sempre eram dadas estas indicações. Diversas vezes era apenas mencionado o bispado ou arcebispado donde eram naturais. Noutros casos, os párocos apenas indicavam que era *“de fora”*, *“de fora da paróquia”* ou *“de fora do arcebispado”*.

Perante uma multiplicidade de locais de origem dos nubentes celibatários, agrupámos os naturais do Reino em bispados e arcebispados, tal como eram referenciados nos registos da paróquia. Isto porque, o Reino de Portugal estava dividido em três arcebispados: Braga; Lisboa e Évora, integrando cada um deles os seus respectivos bispados. Na designação Lisboa, colocámos todos os naturais desta cidade, para os quais não foram mencionadas as freguesias de origem. Quando estas eram mencionadas pelos párocos, agregámos separadamente as freguesias da cidade de Lisboa.

Fizemos ainda referência ao termo de algumas cidades que apareceram com maior frequência e indicámos individualmente os países da Europa e outros locais de naturalidade dos que vinham de fora do país, como Ilhas, praças marroquinas de Mazagão e Tânger, Brasil e outros. O grupo dos que vinham de fora da freguesia inclui todos aqueles que os párocos apontaram como provenientes de fora da paróquia, bem como as localidades que, devido à escassez de informação fornecida, não conseguimos identificar a zona e arcebispado a que pertenciam, como, por exemplo, Vila Franca e Vila Real.

**Quadro 4. Naturalidade dos nubentes ao primeiro casamento
(% em relação ao total de naturalidades conhecidas)
1570-1700**

	Freguesias de Lisboa	Naturalidade	Homens		Mulheres	
			Obs.	%	Obs.	%
Arcebispado de Lisboa	Freguesias de Lisboa	Sé	144	4,1	700	22,1
		Outras Freguesias de Lisboa	626	17,8	770	24,2
		Total freguesias	770	21,9	1470	46,3
	Arcebispado de Lisboa	Outros locais do Arcebispado de Lisboa	773	21,9	705	22,2
		Total do Arcebispado Lisboa	1543	43,8	2175	68,5
Arcebispado de Braga		Total do Arcebispado Braga	1094	31,1	526	16,5
De fora do Reino	África		92	2,6	42	1,3
	Europa		133	3,6	69	2,2

Fonte: registos paroquiais de casamento

Com base nestas informações, calculámos a percentagem de cada grupo de naturalidades e observámos que apenas 4,1% dos homens eram naturais da freguesia da Sé. No caso das mulheres, das 46,3% naturais de Lisboa, 22,1% eram naturais da freguesia da Sé. Embora o mercado matrimonial fosse sobretudo composto por pessoas que afluíam à freguesia, prevalece a proximidade geográfica, nomeadamente no sexo feminino, e uma intensa mobilidade inter-paroquial: 43,8% de homens solteiros e 68,5% de mulheres solteiras eram naturais do arcebispado de Lisboa. Destes, 17,8% de homens e 24,2% de mulheres vinham de outras freguesias da cidade, como, Madalena, Santos, Anjos, S. João da Praça, S. Nicolau e Mártires, entre outras. Muitos vinham também do norte do país: 31,1% de homens solteiros e 16,5% de mulheres solteiras eram oriundos do arcebispado de Braga.

De locais longínquos vinham sobretudo homens, embora em percentagem bastante reduzida. Vinham das Ilhas, de Angola, Açores, Cabo Verde, Madeira, Índia, Brasil, Tânger e Mazagão, entre outros. De outros países da Europa encontramos homens e mulheres naturais de França, Irlanda, Inglaterra, Alemanha, Flandres, Holanda, Itália, e outros, mas sobretudo espanhóis, o que é compreensível não só pela proximidade geográfica, mas também pelo domínio espanhol, entre 1580 e 1640.

Esta diversidade de locais de origem confirmam a grande mobilidade geográfica da freguesia, também visível através da percentagem de falecidos na paróquia, entre 1570-1750. Neste período, 76,9% dos falecidos eram naturais do exterior e, apenas, 23,1% eram naturais da freguesia da Sé. Este comportamento relativo à mobilidade geográfica insere-se no fenómeno migratório citadino que atingiu as cidades europeias, nomeadamente os grandes portos marítimos ligados ao comércio internacional.

4. Fecundidade

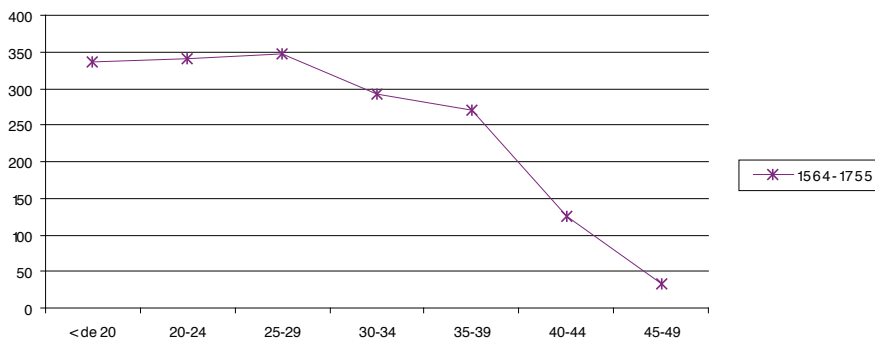
4.1. Fecundidade legítima

No Antigo Regime a fecundidade dita “natural” ao ser influenciável por uma diversidade de factores, varia consideravelmente consoante as populações. Estes diferentes comportamentos dependem de variáveis demográficas interdependentes, como a mortalidade, a idade ao casamento, mas também da interacção entre factores de natureza socio-cultural, religiosa, económica, biológica, que conduzem a estruturas demográficas específicas (Bideau, 1984).

Tendo em conta que, entre os séculos XVI e XVIII, os nascimentos ocorriam maioritariamente no interior do casamento, analisámos a fecundidade legítima separadamente da fecundidade ilegítima.

Assim, para observarmos o comportamento reprodutivo dos casais da freguesia da Sé de Lisboa, partimos dos registos paroquiais e, com base nos dados da paróquia reconstituída, calculámos as taxas de fecundidade legítima, isto é, o número de crianças nascidas em cada ano de convivência conjugal por grupos de idade da mulher. Calculámos também a descendência teórica, a idade média da mãe ao nascimento do último filho, o número de filhos nascidos por casal e a influência da mortalidade precoce no número de nascimentos, através da repartição dos casais segundo o número de filhos que tiveram, em função dos anos de duração dos casamentos.

Gráfico 4. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (mil mulheres)



Os dados apontam para taxas de fecundidade legítima mais elevadas nas mulheres das faixas etárias inferiores aos 30 anos, em 1564-1755, o que reflecte uma maior capacidade reprodutiva das mulheres dessas idades. A partir do grupo das mulheres dos 30-34 anos, os níveis de fecundidade foram reduzindo à medida que as mulheres avançavam na idade. A idade média ao nascimento do último filho foi 39,6 anos. Contudo, se o casamento não fosse interrompido pela morte de um dos cônjuges, seria esperada uma média de 8,7 filhos por família, média bastante superior aos 3 filhos por família, encontrados na observação das famílias segundo o número de filhos.

Mas, incidindo o nosso estudo num período de Antigo Regime, em que a população, à partida, se caracterizava pela existência de uma fecundidade e uma mortalidade elevadas, funcionando a mortalidade precoce de um dos cônjuges como condicionante da fecundidade legítima, introduzimos nesta observação a duração dos casamentos.

Quadro 5. Repartição das famílias segundo o número de filhos (consoante a duração dos casamentos) 1651-1755

Duração dos casamentos					
0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29
Média filhos/família					
1,21	2,28	3,08	3,92	4,53	5,17
Média filhos/família fecunda					
1,54	2,7	3,96	5,03	5,21	6,27

De facto, a média subiu para 5 filhos por família, para os casais que estavam casados entre 25 a 29 anos. Os valores obtidos revelam os efeitos da ruptura precoce nos matrimónios. Podemos assim concluir que as famílias que tinham mais filhos eram as que mais tempo permaneciam casadas. A pouca durabilidade das uniões foi confirmada pelo cálculo da duração média dos casamentos que se situou nos 12 anos, entre meados do século XVII e meados do século XVIII.

O cálculo da duração média dos casamentos apontou para elevados níveis de mortalidade adulta que, em parte, poderão explicar os elevados níveis de infecundidade encontrados. Mais de 50% dos matrimónios eram interrompidos antes de atingirem os 10 anos de casamento, devido à morte precoce de um dos cônjuges.

4.2 .Fecundidade ilegítima

Ao estudarmos a fecundidade ilegítima abordaremos as concepções pré-nupciais e os nascimentos fruto de relações que ocorreram fora do matrimónio. Estes, de um modo geral, corresponderam a crianças filhas de mães conhecidas e de pais incógnitos. No entanto, houve casos em que o pai era o único progenitor conhecido e, outros ainda, em que ambos os progenitores eram conhecidos. Abordaremos também os expostos ou enjeitados, aqueles para quem não era conhecido pai nem mãe.

Utilizaremos como indicador o intervalo protogenésico inferior a oito meses, pelo facto de, na sua generalidade, corresponder a concepções ocorridas antes do matrimónio.

**Quadro 6. Intervalo protogenésico inferior a 8 meses
1563-1755**

Intervalo < 8 meses			Intervalo < = 3 meses		
Obs.	%	Int. Médio	Obs.	%	Int. Médio
149	8,2	4,4	50	33,6	2

Fonte: registos paroquiais de baptismos

A percentagem de mulheres que tiveram o primeiro filho antes ou durante os primeiros sete meses de casamento foi calculada em relação ao total dos primeiros nascimentos legítimos (Henry, 1988). Das 1800 e onze famílias fecundas, para as quais conhecemos a data de casamento, 149 nascimentos correspondem a concepções pré-nupciais, o que representa 8,2% do total de primeiros nascimentos, entre 1563-1755.

O intervalo médio entre o casamento e o nascimento do primogénito foi 4,4 meses. Os nascimentos que ocorreram durante os primeiros três meses após o casamento, corresponderam a 33,6% do total das concepções pré-nupciais. O intervalo médio situou-se nos dois meses.

A proporção de nascimentos ilegítimos e de crianças enjeitadas, em relação ao total de nascimentos, revelou-se igualmente baixa.

Quadro 7. Filiação natural
(% em relação ao total de nascimentos) 1563-1755

Nascimentos	Ilegítimos livres		Ilegítimos escravos	
Obs.	Obs.	%	Obs.	%
15459	715	4,6	348	2,3

Fonte: registos paroquiais de baptismos

Em 1563-1755, os nascimentos ilegítimos representaram 6,9% dos nascimentos. Destes, 2,3% eram escravos e 4,6% eram livres. A percentagem de nascimentos de crianças enjeitadas foi de 1,5%. A ilegitimidade e a exposição de crianças parecem não ter tido um peso significativo na freguesia da Sé, antes de 1755.

No que se refere às naturalidades das mães de crianças ilegítimas, dos poucos casos conhecidos, vimos que, tal como nos casamentos, eram naturais de outras freguesias de Lisboa, de locais pertencentes ao Arcebispado de Lisboa, como Sintra, Oeiras, Alenquer, e do Arcebispado de Braga.

A ocultação da filiação das crianças no momento do baptismo devia-se a diversas situações de carácter social, cultural, económico, e outras, levando a que, por vezes, mais tarde fosse revelada a identidade dos pais. No caso das crianças registadas na paróquia da Sé de Lisboa sem nome de pai nem mãe, verificámos que em situações específicas o pároco poderia saber quem eram os pais da criança, embora os seus nomes não ficassem anotados nos livros de registos de baptismos da paróquia. Por exemplo, Lourença foi baptizada na Igreja da Sé, a 22 de Agosto de 1710. No assento de baptismo desta criança o pároco registou: *“filha de pais ocultos cuja nomeação está em meu poder por ser assim importante e se me pedir assim para o declarar quando fosse conveniente e a quem o devesse fazer”*.

Alguns anos mais tarde, a 26 de Novembro de 1744, na margem do assento de baptismo dessa menina foram registados os nomes dos pais. Era filha de Francisco Martins de Lima e de Francisca Maria.

No que se refere aos locais de abandono das crianças, a Misericórdia, a igreja da Sé, o adro da Sé, a Ribeira, o hospital, e outras igrejas, figuram entre os locais referenciados pelos párocos. Outras crianças eram deixadas na rua e às portas das residências.

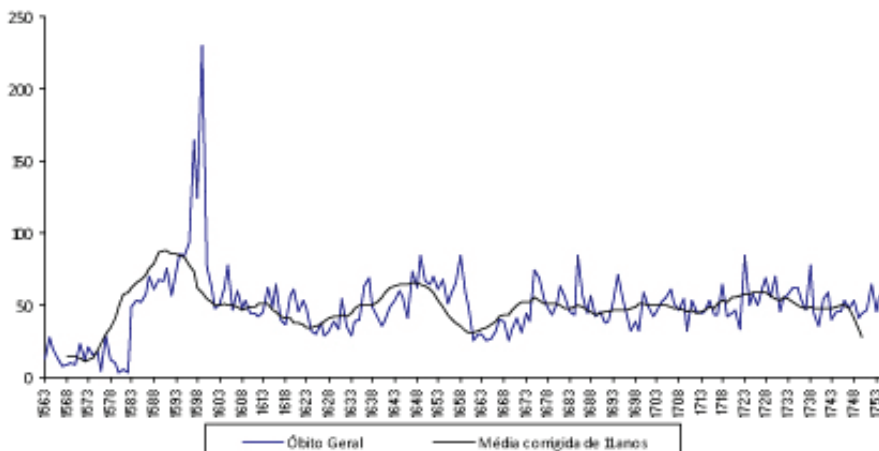
5. Mortalidade excepcional

No Antigo Regime demográfico os níveis de mortalidade eram bastante elevados devido às condições socioeconómicas e ao deficiente grau de desenvolvimento da ciência médica. Para essa mortalidade contribuía as más condições de higiene e saneamento básico e doenças para as quais se desconhecia formas de combate clínico. Mas, os anos de crise, distinguíam-se pelo seu carácter acidental, devido a causas esporádicas, incontrolláveis e de ocorrência periódica, designadamente guerras, catástrofes naturais, falhas alimentares e propagação de doenças epidémicas, designadas por pestes, com influência no crescimento demográfico das populações (Moreda, 1980).

Para observarmos de que modo a freguesia da Sé de Lisboa foi atingida por uma mortalidade excepcional, limitámos a nossa análise à população maior de sete anos, pelo facto de não dispormos de registo sistemático de mortalidade infantil, para os séculos XVI a XVIII.

Socorremo-nos do conceito de crise de mortalidade utilizado por Livi Bacci (1984), que considera como crise de mortalidade uma elevação anormal dos óbitos que atinge, em maior ou menor grau, a capacidade de reprodução das gerações antigas. Para o estudo das crises de mortalidade utilizámos o método de Lorenzo Del Planta e Massimo Livi-Bacci. Com base neste método, consideram-se anos de crise aqueles cujas mortes ultrapassam em mais de 50% a respectiva média móvel. Se o número de mortes de um ano normal duplicar, estamos perante uma pequena crise de mortalidade. Se esse valor quadruplicar, podem-se considerar crises graves. De acordo com esta distinção, tentámos identificar as crises de mortalidade da população adulta, entre 1563-1755. Observámos ainda a sazonalidade ao óbito em anos de crise.

**Gráfico 5. Crises de mortalidade dos maiores de sete anos
(Método de Livi- Bacci/Del Planta) 1563-1755**



Fonte: registros paroquiais de óbitos

Embora saibamos que, no ano de 1569, a cidade de Lisboa fora gravemente atingida pela chamada peste grande, vinda de Veneza, que se espalhou por todas as províncias do Reino, o sub registo de óbitos da população da freguesia da Sé de Lisboa não permitiu identificar a existência de sobremortalidade na freguesia. Mas, de acordo com o Memorial de Pero Rodrigues Soares (Almeida, 1953), os mortos eram tantos que, para haver quem os levasse à sepultura, foram buscar os forçados das galés que os transportavam com esquifes. Não havendo lugar para enterrar tanta gente, chegavam a deitar na mesma cova, vinte, ou mesmo sessenta pessoas.

Passada a peste grande de 1569, Lisboa foi atingida por cheias e por um tremor de terra em 1573. Essas conjunturas desfavoráveis reflectiram-se certamente na mortalidade da população da freguesia da Sé de Lisboa que, em 1571 e 1573, foi atingida por crises de mortalidade que vitimaram muitos dos seus habitantes. Nesses anos, o número de mortes da população adulta dessa freguesia quase duplicou a média anual de uma mortalidade considerada normal.

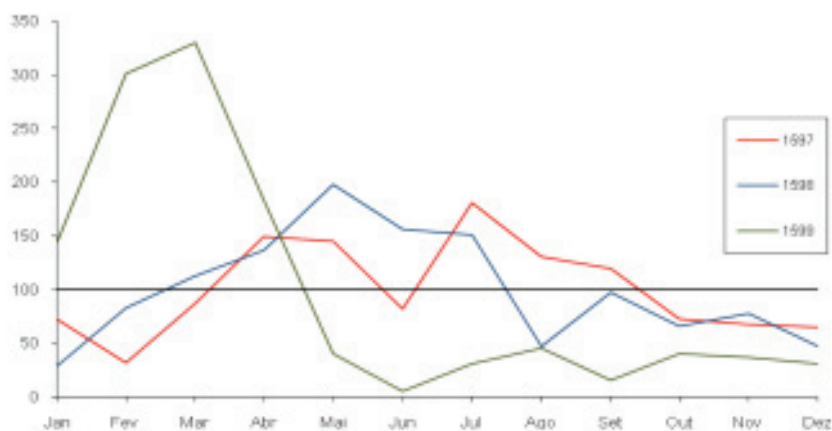
Em 1571, a morte dos adultos foi sentida com maior intensidade no mês de Maio, mas também nos meses de Janeiro, Novembro e Agosto. Em 1573, a mortalidade foi mais intensa entre Setembro e Novembro, mês de maior mortalidade desse ano, seguindo-se Maio, mês em que Lisboa era atingida por cheias e inundações. Em 1574 o número de óbitos foi ainda elevado e superior à média.

Passados estes anos de crise, iniciou-se em Lisboa uma conjuntura de maus anos agrícolas em 1596, acompanhada por uma subida dos níveis de mortalidade adulta na freguesia da Sé. Em 1597, uma crise de grande intensidade, com um número de mortes superior ao dobro da média, atingiu a freguesia, prolongando-se para 1598. Embora com menor intensidade do que no ano anterior, mas com uma duplicação das mortes esperadas, veio posteriormente a aumentar, transformando-se numa grande crise, em 1599. Neste ano, o número de mortes foi quatro vezes superior à respectiva média móvel. Os cinquenta e nove óbitos de adultos que em média ocorreriam na freguesia, caso se tratasse de um ano com uma mortalidade normal, dispararam para os duzentos e trinta. Esta crise de mortalidade sentida nos finais do século XVI, foi a única crise grave identificada através dos registos paroquiais de óbitos dos maiores de sete anos da freguesia da Sé, entre 1563 e 1755.

Pelos registos paroquiais de óbito e de segundos matrimónios de viúvos e viúvas, cujos cônjuges morreram desse mal, sabemos que na freguesia da Sé de Lisboa morria-se de peste em 1599.

No que se refere à sazonalidade ao óbito nestes anos de crise, pelas datas de óbito dos adultos, que entre 1597 e 1599 faleceram na freguesia da Sé, foi possível identificar os meses de maior incidência de mortalidade dos maiores de sete anos, ao longo desses três anos.

Gráfico 6. Sazonalidade ao óbito em anos de crise 1597-1599



Fonte: registos paroquiais de óbito

Em 1597, os meses de Abril e Maio e entre Julho e Setembro apresentaram índices de mortalidade bastante elevados. Nesse ano, Julho foi o mês de maior incidência de mortalidade dos maiores de sete anos. Em 1598, a elevação dos níveis de mortalidade adulta sentida desde o início do ano prolongou-se durante os meses de Março e Abril, tornando-se mais gravosa em Maio, mês de maior incidência de mortalidade adulta, nesse ano. Os meses de Junho e Julho foram ainda bastante gravosos, mas em Agosto o índice era já inferior a cem.

A partir de Janeiro de 1599, observou-se uma subida em flecha do número de mortes registadas, que atingiu o ponto máximo em Março, seguindo-se uma idêntica descida até Junho do mesmo ano. Nesse ano, Março, Fevereiro, Abril e Janeiro foram os meses mais atingidos pela sobremortalidade da população adulta, sendo Março e Fevereiro os meses de maior incidência de mortalidade adulta na freguesia da Sé, durante esses três anos. Em 1600 e 1601, o número de mortes registadas na paróquia foi ainda superior à média. Alguns assentos dos falecidos nesses anos apontam como causa de morte, a peste.

Em 1605, uma crise de mortalidade voltou a atingir a população adulta da freguesia da Sé. O volume de óbitos desse ano ultrapassou a média anual em pouco mais de cinquenta por cento, seguindo-se depois um período calmo, até 1615. Em 1616 e 1619, a mortalidade na freguesia da Sé voltou a agravar-se, atingindo valores próximos dos considerados crises de mortalidade. Em 1620, uma crise de mortalidade adulta voltou a atingir esta população. Este período de sobremortalidade sentida nesta freguesia enquadra-se nas conjunturas desfavoráveis que se fizeram sentir em todo o Reino. Doenças, como o tifo, continuavam a matar na cidade de Lisboa.

Na freguesia da Sé voltou a registar-se uma elevação dos óbitos em 1622 que se prolongou até 1623, anos de grande mortalidade na freguesia, com um número de mortes registadas bastante superior à média. Nos registos paroquiais da freguesia foi feita referência à “grande fome” sentida em Lisboa no fim do mês de Maio de 1622, situação que influenciou, certamente, a subida dos níveis de mortalidade nesta freguesia da cidade. Mas, no século XVII, a mortalidade mais gravosa foi sentida na segunda metade do século, com crises de mortalidade adulta entre 1657 e 1660 e entre 1685 e 1694.

Entre 1657 e 1660, os óbitos superiorizaram-se à média em mais de cinquenta por cento. O ano de 1658 foi o de maior gravidade. Nesse ano, o número de mortes registadas ultrapassou o dobro das que seriam esperadas num ano de mortalidade considerado normal, e Agosto foi o mês que concentrou o maior número de mortes, com reflexos no mês de Setembro. Em Dezembro, o valor médio voltou a ser ultrapassado e continuou a subir, até Abril de 1659. Esta crise poderá ter sido influenciada por um surto de tifo, sentido na cidade de Lisboa.

A crise de mortalidade registada na freguesia da Sé em 1685 e o número elevado de mortes registado no ano seguinte inserem-se na crise geral sentida na cidade de Lisboa, influenciada pela degradação das condições de natureza socioeconómicas. Em 1694, a crise de mortalidade que atingiu a freguesia da Sé foi acompanhada por crises de natureza epidémica noutras freguesias da cidade e insere-se numa conjuntura que se caracterizou por maus anos agrícolas, escassez, subida dos preços dos alimentos e doenças.

No século XVIII, os níveis de mortalidade adulta foram bastante elevados em 1711 e em 1723. As carências alimentares sentidas na cidade de Lisboa poderão ter contribuído para esse aumento, em 1711. Em 1723, o número de mortes dos indivíduos maiores de sete anos atingiu um valor muito próximo do considerado crise de mortalidade, possivelmente influenciado pela febre amarela que atingiu toda a Europa e também a cidade de Lisboa.

Em 1738, registou-se a primeira crise de mortalidade adulta na freguesia da Sé, no século XVIII. Os óbitos dos maiores de sete anos concentraram-se entre Abril e Julho, e o índice de mortalidade mais elevado registou-se no mês de Janeiro. Sabemos que, neste ano, doenças não identificadas voltaram a matar os habitantes da cidade de Lisboa.

Na freguesia da Sé, 1748 e 1749 foram anos de grande mortalidade da população adulta, culminando numa crise de mortalidade, em 1750. Em 1755, a população da cidade de Lisboa foi dizimada pelo terramoto. Pela análise dos registos de óbito da paróquia da Sé até 1760, constatámos que apenas três pessoas falecidas em consequência do terramoto, constam nos livros de registo de óbitos dessa paróquia.

6. Aproximação à realidade social da freguesia da Sé

Relativamente à caracterização social da população da freguesia da Sé, observámos uma população bastante diversificada.

Além da forte presença de elementos do clero: bispos; arcebispos; cónegos; padres e muitos outros, visível através dos registos de óbito da paróquia, e compreensível pela grande importância religiosa da freguesia, os registos paroquiais reflectem também a presença de pessoas ligadas às mais variadas funções, desde militares, nomeadamente capitães entre 1651 e 1755, a pessoas ligadas a diversos órgãos da administração central, como escrivães, desembargadores, guardas, procuradores, provedores, juizes, e também a ofícios ligados à Casa Real: vedor, almotacé-mor, correio-mor, guarda-mor, entre outros.

O quadro 8 mostra-nos os arcebispos de Lisboa com óbito registado na freguesia da Sé, entre 1563 e 1710, bem como as datas de óbito, locais de sepultura e os nomes dos seus testamenteiros.

Quadro 8. Arcebispos de Lisboa com óbito na paróquia da Sé (1585-1710)

Nome	Data óbito	Local de sepultura	Testamenteiros
Dom Jorge de Almeida	20-05-1585	Sé	Seus dois irmãos
Dom Miguel de Castro	01-07-1625	Sé	Dom Diogo de Castro Dom Miguel de Castro Dom Lourenço de Castro
Dom Afonso Furtado de Mendonça	03-06-1630	Sé na capela mor	Os Senhores seus sobrinhos
Dom João Manuel	04-06-1633	Cardaes, Mosteiro de Jesus na sua capela	-
Dom Rodrigo da Cunha	03-01-1643	Santa Sé	Visconde de Ponte de Lima e um bispo
Dom António de Mendonça	13-02-1675	Por depósito na capela mor da Sé	Conde Nuno de Mendonça seu sobrinho
Dom Luís de Sousa	03-01-1702	Sé capela N ^a Sr ^a da Piedade da terra solta	Conde de Vila Verde
Dom João de Sousa	29-09-1710	Claustro da Sé covas do Falcão	-

Fonte: registos paroquiais de óbito

Além destas categorias sociais, os registos paroquiais apontam também para a presença de gente nobre e da aristocracia de corte na freguesia da Sé: condes; marqueses; homens tratados por “Dom” e “Senhor”; mulheres tratadas por “Dona” e “Senhora”. Casos como: Senhor Dom Pero de Almeida casado com a Senhora dona Maria Coutinha. A presença de letrados foi também perceptível, nomeadamente pelas diversas referências feitas a doutores e licenciados. Os nomes de algumas ruas da freguesia, como: Rua Afonso de Albuquerque; Rua do Conde de Portalegre; Rua do Bispo Governador; Rua do Conde de Penela, são também testemunho da presença destas categorias sociais.

As profissões de natureza doméstica, como, criados, trabalhadores, e pessoas ligadas aos ofícios mecânicos, nomeadamente sapateiros, barbeiros, canastreiros, alfaiates, taverneiros, e ao comércio, como, mercadores e vendedores, foram igualmente bastante referenciados nos registos da paróquia. Quanto às profissões femininas, as mais encontradas foram: criadas; amas; vendedeiras; taverneiras; medeiras do terreiro do trigo; padeiras; forneiras; trabalhadoras; canastreiras; mulheres que davam camas e outras. Estas categorias socio-profissionais reflectem a diversidade de funções existente na cidade de Lisboa. Na freguesia da Sé a indústria das canastras e a hospedagem, foram bastante importantes nos séculos XVII e XVIII.

Mas, na freguesia da Sé havia também pobres. Pelos registos de óbito, observámos uma baixa percentagem de defuntos declarados ao óbito como pobres, cerca de 2% em relação ao total de falecidos, em 1563-1755. Admitimos, contudo, um subregisto de indicação de pobreza.

Quadro 9. Pobres e testadores (1563-1650)

Total de óbitos	1563-1650			
	Pobres		Testamentos	
	Obs.	%	Obs.	%
4292	53	1,2	1084	25,3
1651-1755				
5289	118	2,2	858	16,2
1563-1755				
9581	171	1,8	1942	20,3

Fonte: registos paroquiais de óbito

A percentagem de pessoas com testamentos identificadas ao óbito, situou-se à volta dos 20%, o que parece indiciar a presença de gente com posses na freguesia da Sé, nos séculos XVI e XVII.

Pelos registos paroquiais, foi ainda notória a presença de escravos nesta freguesia. Procurámos saber qual o peso que ocupavam em relação ao total de casamentos contraídos na paróquia, em três sub-períodos, entre 1563-1755.

**Quadro 10. Casamentos de escravos
(em relação ao total de casamentos) 1563-1755**

Períodos	Total de casamentos	Casamentos de escravos/as	
		Obs.	%
1563-1600	1349	79	5,9
1601-1700	4884	180	3,7
1701-1755	2251	64	2,8
1563-1755	8484	323	3,8

Fonte: registos paroquiais de casamento

Obtivemos percentagens que se situaram à volta dos 6% e os dos 3%, entre o primeiro e o terceiro período de observação. Estes valores parecem apontar para uma diminuição da população escrava, à medida que se avançava para o século XVIII.

Pelos registos de baptismos de escravos adultos, entre 1680-1755, por serem aqueles que mais vezes referenciaram as naturalidades dos escravos, observámos que vieram sobretudo da Costa de Cacheu, Costa da Mina e Cabo Verde.

Relativamente aos proprietários de escravos, os Eclesiásticos, nomeadamente cónegos e padres, mas também o grupo dos doutores e licenciados foram os mais referenciados nos registos da paróquia.

De facto, os registos paroquiais da freguesia da Sé de Lisboa refletem a diversidade social da população desta freguesia. Desde membros do clero a famílias nobres e da aristocracia de corte, letrados, mercadores, pessoas ligadas aos ofícios mecânicos, profissões de natureza doméstica, pobres, escravos, burgueses ligados a actividades liberais.

Bibliografia

- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1953). *Memorial de Pero Rodrigues Soares*, Acta Universitatis Conimbricensis.
- AMORIM, Maria Norberta (1991). *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1992). *Evolução Demográfica de Três Paróquias Do Sul do Pico – 1680 – 1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2004). “Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica”, *Ler História*, (47), pp. 147-170.
- BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo (1988). *As Crises de Mortalidade em Lisboa no século XVIII*. Tese de mestrado policopiada. Lisboa: U.N.L.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de Anabela de Deus Godinho) (2001). *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: NEPS/ICS-Universidade do Minho.
- BIDEAU, Alain (1984). “Mecanismos Auto-Reguladores de Populações Tradicionais”, MARCÍLIO, Maria Luíza (org.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis: Vozes, pp.47-68.
- BRAGA, Paulo Drumond (1992). “Dois Surtos de Peste em Lisboa: 1579-1581”. *Revista da Biblioteca Nacional*, 2ª. Série, vol. 7, (2), pp. 7-22.
- BRANDÃO, João (de Buarcos) (1990). *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, (org. e notas) José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- CASTILHO, Júlio de (1936). *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. VI, Lisboa.
- CONSTITUICOENS DO ARCEBISPADO DE LIXBOA, do padre José Caetano.
- COSTA, P. Antonio Carvalho da (1869). *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal com as noticias das fundações das cidades, villas, e lugares, que contêm; Varoens illustres, genealogias faz familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens*, Tomo Terceyro, 2ª ed., Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea.
- COUTO, Dejanirah (2004). *História de Lisboa*, 6ª ed., Lisboa: Gótica.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984), *Pour la Démographie Historique*, Paris, P.U.F.
- GODINHO, Anabela Silva de Deus (1999). *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX)*, Dissertação de Mestrado policopiada, Lisboa: I.S.C.T.E.
- GODINHO, Anabela Silva de Deus (2010). *Lisboa Pré-Pombalina: a Freguesia da Sé, Demografia e Sociedade (1563-1755)*. Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.
- GOUBERT, Pierre (1982). “Les Villes D` Europe à L Epoque Moderne”, *Separata da Revista de História*, vol. IV, Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- HENRY, Louis (1988). *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa: Gradiva.
- LEBRUN, François (1983). *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa: Edições Rolim.

LIVI-BACCI, Massimo (1984). “Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências”, MARCÍLIO, Maria Luiza, (org), *População e sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes.

MACEDO, Luiz Pastor de, (1939). *A Rua das Canastras. Subsídios para a História das serventias públicas da Freguesia da Sé de Lisboa*, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1995). *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

MOITA, Irisalva (1994), (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.

MOREDA, Vicente Pérez (1980). *Las crisis de Mortalidad en La España Interior (siglos XVI- XIX)*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, SA.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1987). *Lisboa em 1551 Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, (ed. de 1554-1555). Lisboa: Livros Horizonte.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991) 1ª ed., 1620, *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco Santana, texto actualizado por Maria Helena Bastos. Lisboa: Vega.

RODRIGUES, Teresa (1990). *Crises de Mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte.

ROWLAND, Robert, (1984). “Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada”, *Ler História*, (3).

WRIGLEY, E. A. (1985). *Historia y población. Introducción a la demografía histórica*. Barcelona: Editorial Crítica.

